

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA  
CMMC

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CMMC

19 de julho de 2023 | local: Auditório Prodesan | Horário: 10h

Coordenador: Marcos Oliveira Libório (SEMAM)

Vice Coordenador: Eduardo Kimoto Hosokawa (SECLIMA/SEMAM)

Relatores: Glaucia Santos dos Reis (SEMAM)

**Representantes presentes:** Srs. Eduardo Kimoto (Vice Coordenador), Edson Zeppini (GPM), Rosana Alo Braga (SEDURB), Ilza Melo Nigra (DICOM), Juliana Menezes Cavalcanti (SIEDI), Eliana dos Santos Mattar (SEPORTE), Franco Cassol (Defesa Civil), Ernesto Kazuo Tabushi (SEGOV) e José Antônio Oliveira Rezende (FTPS).

**Ausências justificada:** Debora Freitas (Comissão Consultiva Técnica e Acadêmica - CCTA da CMMC / UNESP-CLP).

**Ausências:** SESERP.

**Convidados:** Renata Aguina (SEMAM), Camila Leite Marcolino (SMS).

Memória da Reunião

**Pauta da Reunião:**

1. Leitura e Aprovação da Ata anterior;
2. Acelerador de Soluções Baseadas na Natureza em Cidades;
3. Projeto Piloto de Adaptação baseado em Ecossistemas no Monte Serrat (Soluções baseadas na Natureza);
4. Reporte Plataforma CDP (Disclosure Insight Action) /Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia;
5. Implementação do PACS - Estado da arte;
6. Assuntos gerais.

O Vice Coordenador Sr. Eduardo Kimoto agradeceu a presença da todos deu início a reunião.

**No item 1**, a Ata da reunião anterior foi aprovada.

**No item 2**, o Vice Coordenador, Sr. Eduardo participou sobre o Acelerador de SbN (Soluções Baseadas na Natureza) em Cidades do WRI-Brasil e apresentou o Projeto de Recuperação Socioambiental em Área de Risco no Monte Serrat, inscrito pela equipe da SECLIMA (Greicilene Regina Pedro, Juliana Maria de Souza Freitas) e representantes da CMMC/CCTA (Victor Arroyo da Silva Valle/DEPRODEC e João Vicente Coffani Nunes/UNESP-Registro), que aceitaram o convite feito nesta CMMC em desenvolver e

inscrever o Projeto, durante a pandemia de COVID-23, e elencou os objetivos: 1. Restaurar áreas relevantes com vegetação nativa para aumentar a proteção contra escorregamentos de massa, reforçar corredores ecológicos e proteção hídrica; 2. Diminuir o escoamento superficial de águas de chuva; 3. Aumentar o contato dos moradores com a paisagem natural e contribuir para a segurança alimentar dos moradores. Apresentou fotos com a localização do Monte Serrat e explicou sobre AbE (Adaptação baseada em Ecossistemas) como forma de adaptação às mudanças climáticas com possibilidades de geração de renda e lente de gênero e em seguida pontuou as soluções cocriadas em conjunto com a comunidade do Monte Serrat, sendo: 1. Implementação de florestas de bairro e replantio de mata de encosta com espécies nativas; 2. Construção de jardins de chuva, biovaletas, terraços/jardins escalonados; 3. construção de hortas comunitárias (com hortaliças convencionais, PANCs e medicinais), viveiros e pomares de espécies nativas. Na sequência destacou os desafios: 1. Aprimorar conhecimentos técnicos acerca das SbN, 2. Reengajar e ampliar participação de técnicos de diferentes unidades da PMS, 3. Reengajar e ampliar participação de moradores em todas as fases, 4. Ampliar parcerias com representantes de diferentes setores, 5. Obter recursos financeiros para a implementação. A iniciativa do WRI-Brasil busca capacitar proponentes e aumentar a qualidade dos projetos pioneiros de SBN que promovam resiliência, inclusão social e mitigação de desastres para ampliar suas possibilidades de captação de recursos e implementação. Por meio de um chamamento público, o Projeto de Santos foi um dos 10 projetos selecionados pelo WRI Brasil, com apoio da Caterpillar Foundation, da Fundação Grupo Boticário e do Ministério do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais do Reino Unido (Defra UK), com as parcerias das iniciativas Cities4Forests e Aliança Bioconexão Urbana. Por fim comunicou que no dia 10 de agosto ocorrerá o Evento de Encerramento da Fase 1 e Rodada de Negócios Brasília/DF, onde ocorrerão pitches dos projetos aceleradores, elaboração e apresentação de dossiês, mentorias, apresentação e seleção dos dois projetos finalistas. **No item 3**, com toda bagagem recebida pelas mentorias, capacitação e troca de experiências com outros municípios por meio do Acelerador de SbN do WRI Brasil, o Sr. Eduardo participou sobre a continuidade do Projeto Piloto de Adaptação baseada em Ecossistemas no Monte Serrat e a possibilidade de ampliação nas demais áreas do Monte Serrat. No processo de co-criação em conjunto com a comunidade do Monte Serrat, informou os próximos passos: Oficinas com moradores, efetivação do Grupo Técnico de Trabalho (GTT AbE), Estudos complementares, Planos de massa, Projeto Básico, Fonte de recursos, Projeto executivo, Implementação e sua Manutenção, buscando a ampliação para outras áreas do município. O Sr. Ernesto participou sobre a composição dos trabalhos junto as suas experiências anteriores na PMS no tocante a recuperação de áreas degradadas pós demolição de construções irregulares, inclusive com áreas já cadastradas no Sistema Ambiental de Meio Ambiente do Estado de SP com aprovação da CETESB. Em área de mangue trouxe o exemplo do incêndio que afetou as palafitas no Dique da Vila Gilda/Butantã, anos atrás – atentando para a questão de alto custo para a remoção dos resíduos. Reforçou a importância da participação social na co-construção dos projetos (COMEB, COMUL, Associação de Moradores, etc), a replicação do piloto no caso de êxito do projeto com seu apoio. O Sr. Resende participou sobre a composição da engenharia cinza em conjunto

com as SbN's/AbE e o Sr. Ernesto explicou sobre as questões geofísicas do Monte Serrat e se foram verificadas as áreas do piloto quanto a legislação, como plano Diretor, LUOS e questões fundiárias. O Sr. Eduardo participou como positivo e além das discussões por esta comissão, o projeto tem seu braço executivo na SECLIMA, por meio do Grupo Técnico de AbE e que está em trâmite a composição do GTT AbE. Ao final participou e pediu apoio sobre o Orçamento Participativo Amplo (OPA 2024) e informou sobre o Projeto de Recuperação Socioambiental no Monte Serrat, cujo objetivo é reduzir/mitigar o grau de risco para os moradores do Monte Serrat por meio de SbN, que favorecem o bem estar dos moradores e a biodiversidade local, com base nos Planos Municipais de Redução de Risco (PMRR), de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) e de Ação Climática de Santos (PACS).

**No item 4**, o Vice Coordenador apresentou que o ICLEI Governos Locais para a Sustentabilidade é uma rede global composta por mais de 1.750 governos locais e regionais comprometidos com um desenvolvimento urbano sustentável. Ativo em mais de 100 países, busca influenciar políticas de sustentabilidade e conduzir ações locais para um desenvolvimento justo, resiliente, circular, de baixas emissões e com base na natureza. Explicou que o CDP é uma organização sem fins lucrativos, com visão de uma economia mundial sustentável que atue para as pessoas e para o planeta, construindo cidades prósperas e resilientes. O CDP em colaboração com o ICLEI possui a maior plataforma global de monitoramento de ações climáticas e ambientais (CDP ICLEI Track). Comunicou que o Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e a Energia é uma aliança global de cidades e governos locais voluntariamente comprometidos com a luta à mudança climática, reduzindo seus impactos inevitáveis e facilitando o acesso à energia sustentável e acessível para todos. Participou sobre como o CDP trabalha com os Governos Subnacionais e os benefícios do reporte (Visibilidade internacional, monitoramento e avaliação, oportunidades de financiamento, gerenciamento de dados e compartilhamento de informações). Informou que O CDP trabalha com cidades para motivá-las a reportar seus impactos no meio ambiente e agir para reduzir os impactos negativos. As respostas das cidades com pontuação no questionário CDP permitem ao CDP oferecer um feedback para as cidades sobre a completude de suas respostas e o desempenho em ações climáticas. A pontuação permite que o CDP reconheça a liderança na ação climática da cidade e incentive cidades a seguir as melhores práticas. As cidades podem usar a pontuação como uma ferramenta para identificar lacunas e melhorar o planejamento climático todos os anos. As cidades também podem usar a pontuação como referência para seu desempenho em comparação com a média de pontuação de outras cidades na mesma região. A metodologia de pontuação foi desenvolvida para incentivar ações que são, até certo ponto, aplicáveis a todas as cidades, independentemente da localização geográfica ou nível de desenvolvimento. A pontuação avalia o nível de detalhes e abrangência das ações e planejamento de uma cidade, como reportados no questionário CDP, e não considera nenhuma outra ação ou plano que não tenha sido reportado no questionário. A pontuação permite que o CDP reconheça a liderança na ação climática da cidade e incentive cidades a seguir as melhores práticas. As cidades podem usar a pontuação como uma ferramenta para identificar lacunas e melhorar o planejamento climático todos os anos. As cidades também podem usar a pontuação como referência para seu desempenho em comparação com a

média de pontuação de outras cidades na mesma região. Explicou que as Cidades são avaliadas entre quatro níveis consecutivos que representam as etapas pelas quais as cidades passam à medida em que avançam em direção à gestão ambiental. Os níveis são: Divulgação (D- ou D): Uma cidade na faixa de pontuação de Divulgação acabou de iniciar a jornada de entendimento e divulgação de impactos climáticos. Estas cidades entendem o valor de coletar dados para impulsionar ações climáticas, mas podem não ter estrutura ou recursos para obter as informações necessárias. Cidades na faixa de Divulgação divulgam o grau em que impactos climáticos e riscos foram medidos. Conscientização (C- ou C): Uma cidade na faixa de pontuação de Conscientização está no processo de avaliar os principais riscos e impactos de mudanças climáticas. Estas cidades começaram a desenvolver uma avaliação e medição de impactos para obter um entendimento holístico dos principais efeitos das mudanças climáticas na cidade, mas está apenas começando a agir para reduzi-los. Gestão (B- ou B): Uma cidade na faixa de pontuação de Gestão entendeu os principais riscos e impactos de mudanças climáticas e está agindo para se adaptar e reduzir os efeitos. Estas cidades trabalharam em colaboração com as principais partes interessadas para entender os riscos e impactos e agora têm novos planos em andamento para mitigar e adaptar. Liderança (A- ou A): Uma cidade na faixa de Liderança demonstra melhores práticas entre adaptação e mitigação, já definiu objetivos ambiciosos, mas realistas e fez progressos para alcançar estes objetivos. Cidades na faixa de Liderança têm planos estratégicos e holísticos para garantir que as ações que estão realizando reduzirão os impactos climáticos e vulnerabilidade dos cidadãos, negócios e organizações presentes na cidade. Informou que as pontuações permanecem privadas para as cidades, mas o CDP destaca a liderança das cidades que receberam uma pontuação A. Pontuou que o Município de Santos possui atualmente a pontuação C, devido à ausência de um Inventário de Gases de Efeito Estufa em escala comunitária, sendo este um componente fundamental da ação climática e é um dos critérios essenciais da pontuação dos CDP. Foi questionado se a classificação dispões de algum financiamento. O Vice Coordenador informou que a classificação tem como função nortear as ações do município em relação às ações climáticas e que as entidades financeiras globais utilizam o CDP como base para avaliação. Em seguida o Vice Coordenador apontou que o Questionário de Cidades está alinhado com os requisitos de relatórios de várias estruturas e iniciativas, incluindo o *Global Covenant of Mayors Common Reporting Framework* (CRF), *Race to Resilience*, *Race to Zero*, *Task Force on Climate related Financial Disclosures* (TCFD), Pacto Climático Europeu, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, iniciativas do ICLEI e C40 Cities. Participou que este possui 5 módulos, sendo estes: 1. Governança; 2. Avaliação de riscos e vulnerabilidades, dados setores (transporte, energia, resíduos, alimentação, saúde pública), inventários de emissões de GEE; 3. Metas e objetivos de adaptação e mitigação; 4. Planejamento (Plano de ação climática); 5. Ações de adaptação e mitigação. Comunicou que o próximo reporte será submetido no dia 21/07/2023.

**No item 5**, o Vice Coordenador participou sobre o Plano de Ação Climática de Santos e apresentou a temática de “Santos como Cidade Inclusiva, Sustentável, Resiliente, Adaptada aos Riscos Climáticos e Carbono Neutra em 2050”. Explicou que as estratégias de adaptação da cidade são: 1. Redução da vulnerabilidade ao risco climático, por meio da relação entre a sensibilidade e a capacidade de

adaptação diante da ameaça climática a ser enfrentada pela cidade. 2. Aumento da precipitação, da temperatura, avanço do nível do mar, erosão costeira, movimentos de massa e inundações, entre outras. Participou que a capacidade adaptativa do município deverá estar em permanente aperfeiçoamento e que o PACS baseia-se num processo contínuo de planejamento, implementação, avaliação, monitoramento e revisão. Comunicou que a próxima fase de revisão do PACS deverá ser realizada em 2025, e o plano deverá ser monitorado anualmente e revisto a cada 5 (cinco) anos. Pontuou os princípios como: 1. A estratégia de adaptação de Santos é baseada no aumento da sua resiliência para responder aos impactos das mudanças do clima, para mitigar ou absorver seus efeitos por meio do capital natural existente e de suas respectivas funções ambientais. 2. Os serviços ecossistêmicos estão representados pela mata atlântica com seu Plano Municipal de Proteção e Recuperação da Mata Atlântica elaborado e aprovado em 2021, e por todos os ecossistemas terrestres, estuarinos e costeiros. 3. As estratégias de adaptação e resiliência no âmbito do PMMCS são definidas conjuntamente, para a redução do risco climático da cidade e para ampliar a sustentabilidade urbana. 4. Uso de Soluções baseadas na Natureza (SbN) voltadas para a adaptação aos efeitos da mudança do clima, como abordagem da Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE). 5. Políticas Públicas municipais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em destaque para a sustentabilidade das cidades para torná-las humanas inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis Objetivo 11, e para a ação contra a mudança global do clima Objetivo 13 (ONU, 2015). 6. Apoiar integralmente os compromissos do Acordo de Paris em especial o de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2 C em relação aos níveis pré industriais e realizar esforços para limitar esse aumento da temperatura a 1,5 C em relação a esses mesmos níveis. NDC Brasileira. Explicou que o Plano de Ação Climática de Santos tem um Horizonte de Planejamento para 2050, e apresenta também horizontes de ação de curto prazo para 2025 e de médio prazo para 2030, em sintonia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável Agenda 2030 definido pela ONU em 2015 e com as Metas do Acordo de Paris definidas em 2015. Em seguida, apresentou os eixos estratégicos: 1. Planejamento urbano sustentável e meio ambiente. 2. Inclusão e redução da vulnerabilidade social. 3. Resiliência urbana e soluções baseadas na natureza. Articulações com o PMMA. 4. Resiliência da zona costeira, estuários e rios e canais/drenagem urbana. 5. Vulnerabilidade e gestão de riscos climáticos (Desastres naturais). 6. Gestão de infraestruturas (recursos hídricos/ saneamento/ transportes/ estrutura portuária). 7. Inventário de GEE e Plano Municipal de Mitigação. 8. Governança e participação na gestão climática. Apresentou modelo de diretrizes, e explicou que são precisos definir ações, metas, indicadores, fontes de informação, órgãos municipais envolvidos, parceiros, previsão de fontes e recursos, prazos, planos e programas incidentes, áreas prioritárias e os vínculos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por fim, solicitou o apoio de cada membro da CMMC o cumprimento do item do PACS que versa sobre as **Diretrizes, Ações e Metas de Adaptação Climática, no detalhamento e atualização para curto (2025), médio (2030) e longo prazo (2050), para cada um dos oito Eixos Estratégicos do PACS, conforme modelo de tabela a ser encaminhado** na convocação da próxima reunião da CMMC, com prazo de entrega das tabelas preenchidas para reunião de Novembro/2023,

possibilitado consolidar os dados para a reunião de dezembro/2023. Neste sentido vale ressaltar o destaque no texto sobre Governança Climática do PACS que exalta os trabalhos desta CMMC: “Todas estas previsões legais em torno da CMMC têm sido cumpridas entusiasticamente pela Comissão desde a publicação do seu Decreto, culminando, no período atual, com a conclusão da revisão do PMMCS, formulação do Plano de Ação Climática (PACS), criação da Seção de Mudanças Climáticas (SECLIMA), vinculada à Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM), e o redesenho do Arranjo Institucional Local de Governança Climática.”

No item 6, assuntos gerais, o Vice Coordenador reforçou o pedido de apoio na votação do Orçamento Participativo Amplo com o projeto de Recuperação Socioambiental no Monte Serrat. A Sra. Glaucia Reis ressaltou que as reuniões da CMMC fazem parte do Participação Direta nos Resultados (PDR) e apontou a importância da presença nas reuniões. Sem mais nada a ser tratado no momento, à reunião foi encerrada.

---

EDUARDO KIMOTO HOSOKAWA  
VICE-COORDENADOR DA CMMC